

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.240.311 - RS
(2018/0020929-9)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : LIDIO IRINEU RAUBER
AGRAVANTE : ROGERIO IVAN HEIN
ADVOGADO : ELICEU WERNER SCHERER - RS012572
ADVOGADOS : SANDRA REGINA DA SILVA - RS041471
RICARDO SCHERER - RS063646
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
INTERES. : CARLOS ALBERTO BRAND

DECISÃO

Trata-se de agravo interno manejado por **Lidio Irineu Rauber e outro**, desafiando decisão pela qual neguei provimento ao agravo em recurso especial, por entender que: (I) a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a revisão das penalidades decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa implica o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra igualmente na Súmula 7/STJ, salvo em hipóteses excepcionais, nas quais, da leitura do acórdão recorrido, exsurgir a desproporcionalidade entre o ato praticado e as sanções aplicadas, o que não é o caso dos autos; e (II) o dissídio jurisprudencial não foi comprovado na forma exigida pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Em suas razões, os agravantes sustentam que: (I) não buscam o reexame das provas; (II) a questão suscitada nos autos diz respeito à revisão da dosimetria da pena imposta, a saber: multa civil equivalente a 50 vezes o valor cobrado do paciente SUS na época dos fatos; (III) a multa civil no patamar estabelecido pelas instâncias de origem ofende o princípio da proporcionalidade, se comparada à real extensão dos atos ímprobos.

Devidamente intimado, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul pugnou pelo desprovimento do agravo interno (fls. 958/961).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Consta dos autos que os ora agravantes foram condenados pela prática dos atos de improbidade administrativa de que tratam os arts. 9º, I, e 11 da Lei nº 8.429/92

Superior Tribunal de Justiça

(sentença às fls. 668/678).

Pois bem, para atos de improbidade tipificados nos mencionados arts. 9º e 11, a Lei nº 8.429/92 prevê, em seu art. 12, as seguintes sanções:

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

*I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, **pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial** e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;*
[...]

*III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, **pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente** e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.*

Nesse contexto, a penalidade imposta aos agravantes pelas instâncias de origem - **pagamento de multa civil equivalente a 50 vezes o valor cobrado indevidamente do particular pelos procedimentos médicos** - refoge aos limites estabelecidos pela LIA (note-se que os parâmetros utilizados na sentença e confirmados no acórdão objeto do recurso especial não se enquadram em nenhum dos incisos do retrotranscrito art. 12).

Houve, na espécie, desproporção evidente, porquanto, como visto, para casos em que caracterizado o enriquecimento ilícito do agente (art. 9º da LIA), o art. 12, I, do mesmo diploma prevê as sanções de perda do valor indevidamente acrescido e multa de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.

Nesse vetor, impõe-se a readequação da reprimenda, substituindo-se a

Superior Tribunal de Justiça

penalidade aplicada pelas instâncias de origem pela devolução do valor acrescido ilicitamente aos patrimônios dos agravantes e multa de três vezes o valor do acréscimo, tudo corrigido monetariamente.

ANTE O EXPOSTO, **reconsidero** a decisão de fls. 928/933 e **dou parcial provimento** ao recurso especial, na forma da fundamentação supracitada.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

